

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.383 - DF (2020/0072671-4)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA**  
- SJ/DF  
**SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA PREVIDENCIÁRIA DE**  
**SÃO PAULO - SP**  
**INTERES. : PAULO FARIAS GOMES**  
**ADVOGADO : ERIKA CARVALHO - SP425952**  
**INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o **JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - SJ/DF** e o **JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA PREVIDENCIÁRIA DE SÃO PAULO - SP**, em Mandado de Segurança impetrado por **PAULO FARIAS GOMES** em desfavor do **GERENTE EXECUTIVO DA UNIDADE LESTE DO INSS EM SÃO PAULO/SP** com o objetivo de análise do seu processo administrativo de concessão do benefício de aposentadoria por idade – protocolo de requerimento n. 216384962.

O Juízo Suscitado, considerando que a autoridade coatora está sediada em Brasília/DF, declinou da competência em favor de uma das varas federais com jurisdição em sua sede funcional (fls. 13/14e).

O Juízo Suscitante, com fundamento em precedentes do Supremo Tribunal Federal, decidiu pela aplicabilidade do disposto no art. 109, § 2º, da Constituição da República, às ações de mandado de segurança, sendo legítima a opção da parte autora quanto ao ajuizamento no foro de seu domicílio.

**É o relatório. Decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

O Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de demanda instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, consoante o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

A controvérsia cinge-se em determinar a competência para processar e

julgar Mandado de Segurança que tem por objeto a apreciação de recurso administrativo relativo à concessão de benefício de aposentadoria.

O art. 109, VIII, da Constituição da República, estabelece a competência dos juízes federais para processar e julgar mandados de segurança impetrados contra ato de autoridade federal, ressalvada a competência dos tribunais federais:

*Art. 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar:*

*(...)*

*VIII – Os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.*

*(...)*

*§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.*

Da interpretação do art. 109, § 2º, da Constituição da República, extrai-se que constitui faculdade do Impetrante a escolha do foro para propositura da ação, cabendo sua impetração perante os juízos ali indicados.

O ordenamento constitucional, neste aspecto, objetiva facilitar o acesso ao Poder Judiciário da parte que litiga contra a União, sendo legítima a opção do Impetrante para que o *mandamus* seja processado no foro de seu domicílio.

Vale ressaltar que a orientação da Suprema Corte é no sentido de que a regra do art. 109, § 2º, da Constituição da República também se aplica ao mandado de segurança.

Nesse sentido:

**CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. CAUSAS AJUIZADAS CONTRA A UNIÃO. ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DO FORO COMPETENTE. APLICABILIDADE ÀS AUTARQUIAS FEDERAIS, INCLUSIVE AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.**

*I - A faculdade atribuída ao autor quanto à escolha do foro competente entre os indicados no art. 109, § 2º, da Constituição Federal para julgar as ações propostas contra a União tem por escopo facilitar o acesso ao Poder Judiciário àqueles que se encontram afastados das sedes das autarquias.*

*II Em situação semelhante à da União, as autarquias federais possuem*

*representação em todo o território nacional.*

*III - As autarquias federais gozam, de maneira geral, dos mesmos privilégios e vantagens processuais concedidos ao ente político a que pertencem.*

*IV - A pretendida fixação do foro competente com base no art. 100, IV, a, do CPC nas ações propostas contra as autarquias federais resultaria na concessão de vantagem processual não estabelecida para a União, ente maior, que possui foro privilegiado limitado pelo referido dispositivo constitucional.*

*V - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem decidido pela incidência do disposto no art. 109, § 2º, da Constituição Federal às autarquias federais. Precedentes.*

*VI - Recurso extraordinário conhecido e improvido.*

(RE 627709, Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014 - destaque meu)

**CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. UNIÃO. FORO DE DOMICÍLIO DO AUTOR. APLICAÇÃO DO ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

*1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal está pacificada no sentido de que as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.*

*2. Agravo regimental improvido.*

(RE 509442 AgR, Relatora Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 03/08/2010, DJe-154 DIVULG 19-08-2010 PUBLIC 20-08-2010 EMENT VOL-02411-05 PP-01046 RT v. 99, n. 901, 2010, p. 142-144)

Estampando essa orientação, destaco recentes julgados desta Corte:

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. JUÍZO DO DOMICÍLIO DO IMPETRANTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de a ação de mandado de segurança ser impetrada no foro do domicílio do impetrante quando referente a ato de autoridade integrante da Administração Pública federal, ressalvada a hipótese de competência originária de Tribunais. Precedentes.*

*2. Conflito conhecido para reconhecer competência o juízo suscitado, da*

7.<sup>a</sup> Vara Cível de Ribeirão Preto, da Seção Judiciária de São Paulo.  
(CC 151.353/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES,  
PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 05/03/2018)

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.  
MANDADO DE SEGURANÇA. CAUSAS CONTRA A UNIÃO.  
FORO DO DOMICÍLIO DO IMPETRANTE. OPÇÃO.  
ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL.**

1. Tendo em vista o entendimento do STF, o STJ reviu seu posicionamento anterior e, visando facilitar o acesso ao Poder Judiciário, estabeleceu que as causas contra a União poderão, de acordo com a opção do autor, ser ajuizadas perante os juízos indicados no art. 109, § 2º, da Constituição Federal.

2. Caberá, portanto, à parte impetrante escolher o foro em que irá propor a demanda, podendo ajuizá-la no foro de seu domicílio. Precedente: AgInt no CC 150269/AL, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 22/06/2017.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 153.138/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 22/02/2018)

Posto isso, nos termos do art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil, combinado com art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, **conheço do conflito e declaro competente o JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA PREVIDENCIÁRIA DE SÃO PAULO - SP.**

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora